



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

RELATÓRIO Nº 1383/2025

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de relatório de auditoria de conformidade destinada a avaliar a regularidade dos processos de trabalho relativos à autorização, ao cumprimento de carga horária, aos pagamentos e aos desligamentos referentes à prestação de serviço em regime de cooperação nas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário de Santa Catarina, ocorridos entre julho e dezembro de 2024.

O trabalho foi realizado em cumprimento ao item 7 do Plano Anual de Auditoria/2024, formalizado por meio do Ofício AUDI n. 1971/2024, emitido pelo Coordenador da Auditoria Interna e anuído pelo Senhor Desembargador Presidente, via processo administrativo SEI n. 0125131-09.2024.8.24.0710.

Buscou-se verificar a regularidade dos processos de autorização e pagamento, bem como dos respectivos registros, de prestação de serviço em regime de cooperação nas unidades judiciárias e administrativas deste Tribunal, especificamente em relação às seguintes questões de auditoria:

Questão de Auditoria 1: A unidade possui documentação do processo de trabalho e descrição dos procedimentos realizados para a análise dos pedidos de prestação de serviço de cooperação nas unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina?

Questão de Auditoria 2: As autorizações para a prestação de serviço de cooperação guardam conformidade com as condições estabelecidas pela legislação?

Questão de Auditoria 3: O registro da cooperação, bem como da carga horária cumprida, ocorreu de forma completa nos assentos funcionais de cada servidor cooperador?

Questão de Auditoria 4: Foram cumpridos os requisitos estabelecidos na Resolução Conjunta GP/CGJ n. 9/2024, em especial no que se refere ao registro, no sistema eletrônico de ponto, do início e do término das atividades desenvolvidas fora do horário de expediente normal do servidor cooperador?

Questão de Auditoria n. 5: Nos processos referentes à cooperação nos cartórios e gabinetes de primeiro grau de jurisdição, houve o cumprimento do estabelecido pela Corregedoria-Geral da Justiça no tocante à juntada aos autos de lista de acessos ao sistema Eproc, a comprovar o exercício das atividades fora do horário de expediente?

Questão de Auditoria 6: Os pagamentos ocorreram em consonância com os registros das horas cooperadas, informadas pelo gestor operacional da unidade?

Na execução do trabalho, procurou-se atender às Normas de Auditoria editadas pela Resolução n. 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como às normas e técnicas de auditoria estabelecidas no Manual de Auditoria, instituído pela Resolução GP n. 47/2015.

Como principais fontes de informação, destacam-se: consultas aos pedidos formalizados pelos gestores via processo administrativo (SEI), ocorridos entre julho e dezembro de 2024; consultas, no sistema ADMRH, aos registros da autorização de cooperação, junto às matrículas dos servidores cooperadores; consulta ao servidor de relatórios - sistema eletrônico de ponto; respostas ao questionário encaminhado ao setor; documentos e planilhas disponibilizadas pela unidade auditada; bem como a legislação que rege a matéria, ou seja, Resolução Conjunta GP/CGJ n. 9/2024 e normativos correlatos.

As técnicas de auditoria empregadas compreenderam o exame das consultas acima referidas e das informações fornecidas pela unidade auditada, confrontadas com os requisitos exigidos pela legislação pertinente.

O escopo abrangeu a análise de 12% (128) dos pedidos de prestação de serviço em regime de cooperação que tramitaram entre julho e dezembro de 2024 (1068), divididos entre unidades administrativas, judiciais de primeiro grau e judiciais de segundo grau.

A partir dessas atividades, foram identificadas situações em que os controles internos precisam ser aprimorados, originando alguns achados de auditoria que foram encaminhados à Diretoria de Gestão de Pessoas, antes da elaboração do Relatório Final, a fim de que fossem, conforme o caso, sanadas/justificadas. O Relatório Preliminar foi enviado em 12/06/2025 e reiterado em 15/07/2023, contudo não houve manifestação a respeito.

Diante da ausência de manifestação acerca das questões apontadas à unidade auditada, apresenta-se o Relatório Final.

2. ACHADOS DE AUDITORIA

Achado n. 1 - Registros equivocados no sistema ADMRH (Questão de Auditoria 3)

Situação encontrada: No processo SEI n.0123454-41.2024.8.24.0710 foi indicada e autorizada a prestação de serviço de cooperação no cartório da Vara Criminal de Camboriú, contudo, nos assentos funcionais do servidor cooperador junto ao sistema ADMRH (matrícula 62194), foi registrada cooperação no cartório da 2ª Vara de Santo Amaro da Imperatriz.

O registro do serviço de cooperação prestado pela servidora de matrícula n. 7968, entre 17/07/2024 e 31/12/2024, indicou que a autorização ocorreu no processo SEI n. 0067585-93.2024.8.24.0710, entretanto o processo em que o pedido tramitou é o SEI n. 0067634-37.2024.8.24.0710.

No processo SEI n. 0073490-79.2024.8.24.0710 foi autorizada a cooperação com início em 12/08/2024, todavia foi registrado o dia 12/08/2013 como data de início (matrícula 32489).

a) objetos nos quais foram identificados os achados:

Consulta ao sistema ADMRH (consulta lançamentos e controle frequência -

autorização servidores) junto às matrículas n. 62194, 7968 e 32489.

b) critérios que fundamentam o achado:

Artigo 17 da Lei n. 6.745/1985.

Manual de procedimentos encaminhado pela DGP.

c) evidências capazes de sustentar o achado:

Consulta ao sistema ADMRH.

d) possíveis causas:

Ausência de revisão dos dados antes da finalização do registro funcional.

e) efeitos e consequências potenciais e/ou reais decorrentes do achado:

Registro funcional com informações equivocadas, com comprometimento de dados para futuras consultas.

Controle funcional do servidor prejudicado.

Achado n. 2 - Ausência de registro no sistema ADMRH de horas cooperadas, informadas no pedido de encerramento antecipado, com a consequente ausência de pagamento (Questões de Auditoria 3 e 6)

Situação encontrada: Nos processos SEI n. 0039956-47.2024.8.24.0710 e 0067357-21.2024.8.24.0710 foi solicitado o encerramento antecipado da prestação de serviço de cooperação, com a informação das horas cooperadas no mês corrente à solicitação. Contudo, foi registrado, apenas, o encerramento antecipado com a alteração da data fim, sem o registro das horas cooperadas informadas, ocasionando a ausência de pagamento.

a) objetos nos quais foram identificados os achados:

Consulta aos processos SEI n. 0039956-47.2024.8.24.0710 e 0067357-21.2024.8.24.0710.

Consulta ao sistema ADMRH (consulta lançamentos e lançamentos de ocorrências fixas) junto às matrículas n. 9773 e 59773.

b) critérios que fundamentam o achado:

Artigo 17 da Lei n. 6.745/1985.

Artigo 18, §§ 2º e 3º, da Resolução GP/CGJ n. 9/2024.

c) evidências capazes de sustentar o achado:

Consulta aos sistemas ADMRH e SEI.

d) possíveis causas:

Gestor operacional da unidade cooperada não atentou às orientações constantes da Resolução GP/CGJ n. 9/2024.

Gestor operacional da unidade cooperada não foi cientificado da obrigatoriedade do registro das horas cooperadas, informadas no pedido do encerramento do serviço.

e) efeitos e consequências potenciais e/ou reais decorrentes do achado:

Registro funcional do servidor cooperador incompleto.

Ausência de pagamento de horas trabalhadas pelo servidor cooperador.

Achado n. 3 - Ausência de juntada, nos processos de autorização de cooperação em unidades de primeiro grau de jurisdição, de comprovação dos acessos ao sistema EPROC (Questão de Auditoria 5)

Situação encontrada: Os processos de solicitação do serviço de cooperação em unidades de primeiro grau de jurisdição, antes da remessa à Diretoria de Gestão de Pessoas para autorização, dependem da apreciação da Corregedoria-Geral da Justiça, a qual estabelece que o gestor da unidade requisitante seja cientificado da necessidade de, ao final da prestação do serviço, juntar aos autos relatório de acessos ao sistema EPROC pelo cooperador (*print* da tela ou planilha *excel*), de modo a demonstrar o exercício das atividades fora do horário de expediente. No entanto, em diversos processos analisados, não houve a juntada do referido relatório.

a) objetos nos quais foram identificados os achados:

Processos SEI n.
0108910-48.2024.8.24.0710
0123454-41.2024.8.24.0710
0124082-30.2024.8.24.0710
0110642-64.2024.8.24.0710
0110855-70.2024.8.24.0710
0110637-42.2024.8.24.0710
0118798-41.2024.8.24.0710
0110929-27.2024.8.24.0710
0111709-64.2024.8.24.0710
0040070-83.2024.8.24.0710
0125182-20.2024.8.24.0710
0109025-69.2024.8.24.0710
0108295-58.2024.8.24.0710
0108472-22.2024.8.24.0710
0038307-47.2024.8.24.0710
0054271-80.2024.8.24.0710
0042053-20.2024.8.24.0710, de forma parcial

b) critérios que fundamentam o achado:

Artigos 4º e 13, § 4º, da Resolução Conjunta GP/CGJ n.9/2024 e 13 da Ordem de Serviço CGJ n. 5/2024.

c) evidências capazes de sustentar o achado:

Consulta ao sistema SEI.

d) possíveis causas:

Há verificação informal do gestor, mas não considera necessário formalizá-la.

Desconhecimento das normas estabelecidas para a finalização da prestação do serviço de cooperação.

e) efeitos e consequências potenciais e/ou reais decorrentes do achado:

Prestação do serviço de cooperação em horário habitual de trabalho.

Ausência de controle do cumprimento da meta de produtividade e do total de horas cooperadas.

Registro e pagamento de horas eventualmente não cooperadas.

Achado n. 4 - Ausência de registro do início e do término das atividades no sistema eletrônico de ponto (Questão de Auditoria 4)

Situação encontrada: A legislação que regulamenta a prestação de serviço de cooperação estabelece a necessidade de o servidor cooperador efetuar o registro, no sistema eletrônico de ponto, do início e do término da atividade de cooperação, a qual deve ocorrer fora do horário de expediente normal do servidor.

Verificou-se que diversos servidores assim não procederam, seja pela ausência total de registro de horas trabalhadas ou por registros incompletos, tais como os que não contemplam todas as horas informadas pelo gestor operacional no sistema ADMRH, os realizados em conjunto com o horário habitual de trabalho ou, ainda, registros ininterruptos por mais de vinte e quatro horas.

a) objetos nos quais foram identificados os achados:

A total ausência de registro foi verificada na consulta ao servidor de relatórios - controle de ponto junto às matrículas n. 42813, 64263, 66564, 68648, 69021, 5587, 56570, 58571 (período de 01/09/2024 a 28/02/2025), 59773, 62253, 65512, 67952, 64918, 64978, 24011 e 64863.

Os registros incompletos sobrevieram da consulta ao servidor de relatórios - controle de ponto junto às matrículas n. 62194, 21436, 35756, 27783, 20836, 11426, 18863, 11455, 29125, 55585, 58571 (período de 01/07/2024 a 17/08/2024), 57859, 54766, 22862, 22493, 49280, 28838, 7968, 20685, 30711, 46869, 57744.

b) critérios que fundamentam o achado:

Artigos 4º e 17 da Resolução Conjunta GP/CGJ n.9/2024.

c) evidências capazes de sustentar o achado:

Consulta ao SRH - Sistema Legado de Recursos Humanos - Controle de Ponto - Por Período Servidor.

d) possíveis causas:

Há comunicação informal, a respeito das horas trabalhadas, entre gestor e servidor cooperador, mas não consideram necessário formalizá-la.

Desconhecimento das normas estabelecidas para o adequado cumprimento da prestação do serviço de cooperação.

e) efeitos e consequências potenciais e/ou reais decorrentes do achado:

Prestação do serviço em horário habitual de trabalho.

Ausência de controle das horas efetivamente cooperadas.

Registro e pagamento de horas eventualmente não cooperadas.

3. CONCLUSÕES

A atividade de auditoria realizada teve como objetivo avaliar os processos de trabalho relativos à autorização, ao cumprimento de carga horária, aos pagamentos e aos desligamentos referentes à prestação de serviço em regime de cooperação nas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário de Santa Catarina, ocorridos entre julho e dezembro de 2024.

Nesse contexto, a maior dificuldade encontrada diz respeito a registros equivocados; ausência de registro de horas desempenhadas, ocasionando o não pagamento; falta de comprovação dos acessos ao sistema Eproc, realizados pelo servidor cooperador nas unidades de primeiro grau; ausência de registros do início e término das atividades no sistema eletrônico de ponto.

4. RECOMENDAÇÕES

Feitas as considerações acima, sugere-se o envio do presente relatório de auditoria à consideração do Senhor Desembargador Presidente para posterior remessa ao Diretor-Geral Administrativo, com a recomendação para que a Diretoria de Gestão de Pessoas, no prazo de 20 dias, promova os encaminhamentos, assim resumidos:

4.1 Regularização dos registros indicados (Achados nº 1 e 2), com a verificação da necessidade de pagamento de horas cooperadas (Achado nº 2);

4.2 Solicitação, aos gestores das unidades requisitantes, da juntada aos autos dos processos de autorização da cooperação dos relatórios de acessos ao sistema EPROC realizados pelo cooperador (*print* da tela ou planilha *excel*), com o posterior encaminhamento à Corregedoria-Geral da Justiça para avaliação e validação (Achado nº 3);

4.3 Passe a identificar o servidor cooperador sobre a obrigatoriedade do registro do início e do término das atividades no sistema eletrônico de ponto, bem como o gestor operacional da unidade cooperada acerca da necessidade de controle de referido registro (Achado nº 4).

À consideração do Senhor Coordenador.

Auditoria Interna, 08/08/2025.

Flávia Appel da Silveira Alschinger
Auditora Interna
Matrícula 27624

Simone Meurer de Bona Porton
Auditora Interna
Matrícula 5672



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Appel da Silveira Alschinger, Auditora Interna**, em 08/08/2025, às 15:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Meurer de Bona Porton, Auditora Interna**, em 08/08/2025, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **9680143** e o código CRC **OED4BAE7**.